

## Escola: Para que te queremos?

---

**...face aos discursos que a actual equipa ministerial tem vindo a produzir, sobretudo, para justificar as aulas de substituição, chegou o momento de nos interrogarmos, não tanto se a Escola é necessária, mas como é que ela pode ser necessária. E será que poderá sê-lo quando se ocupa os professores num trabalho desprovido de sentido cultural?**

A afirmação da Escola como um espaço socialmente mais inclusivo decorre do modo como a Escola se constrói como um espaço culturalmente mais significativo. Um espaço feito de trocas, de encontros, de cumplicidades, de confrontos e de interpelações. Trocas, encontros, cumplicidades, confrontos e interpelações que para se constituírem como instrumentos capazes de gerar momentos de formação não poderão deixar de prescindir de um determinado conjunto de intenções educativas prévias, as quais decorrem, em última análise, do tipo de consensos que, enquanto membros adultos de uma comunidade, fomos capazes de estabelecer quando tentamos responder às questões que nos obrigam a discutir, num primeiro momento, o que é que significa ser homem e ser mulher no mundo em que vivemos, para, num segundo momento, equacionarmos qual é o nosso contributo na concretização de um projecto que possa conduzir à afirmação desses homens e dessas mulheres como membros activos dessa comunidade que partilhamos.

Sendo necessário afirmar que a Escola não é a única instituição responsável por um tal projecto, importa reconhecer, no entanto, que, hoje, o seu contributo é, neste âmbito, imprescindível. Imprescindibilidade esta que decorre da assunção do papel que cada escola deverá assumir como um espaço de mediação cultural que permita a cada uma das crianças e dos jovens que a percorrem beneficiar do património de saberes e de experiências que outros foram construindo, confrontando esse património com as suas próprias experiências e saberes, condição necessária ao seu desenvolvimento pessoal e social, na medida em que um tal processo não poderá ser circunscrito somente à sua dimensão cognitiva. É que se é certo que todas as aprendizagens são pessoais, também é certo que ninguém aprende sozinho. Como se constata, uma tal abordagem obriga a repensar o papel dos professores que, verifica-se, se complexifica e se assume em função de níveis de exigência profissional mais elevados.

O que justifica, no entanto, que tenhamos decidido retomar, mais uma vez, esta discussão sobre a função política e cultural das escolas?

Há, pelo menos, duas razões que o explicam. Uma primeira que tem a ver com alguns dos discursos que pudemos ouvir em Córdova, no Fórum Social Ibérico para a Educação, quer fossem aqueles que tendem a encerrar a Escola num destino inexorável, o do espaço inevitável de reprodução de desigualdades sócio-culturais, quer fossem os outros onde a instituição escolar se vê circunscrita a uma função certificativa, já que as aprendizagens fundamentais, na perspectiva daqueles que perfilham esta abordagem, acontecem, sobretudo, tanto na vida como na rua. Neste caso, à Escola competiria, apenas, sistematizar os saberes adquiridos fora dos muros que a rodeiam e aceitar a riqueza das experiências vividas pelas crianças e pelos jovens no seu exterior. A aceitar estas teses, a pergunta que se impõe é a de saber se a Escola continua a ser verdadeiramente necessária.

Chegados aqui, acede-se, então, à segunda razão em função da qual se pretende justificar a introdução desta crónica, na medida em que face aos discursos que a actual equipa ministerial tem vindo a produzir, sobretudo, para justificar as aulas de substituição, chegou o momento de nos interrogarmos, não tanto se a Escola é necessária, mas como é que ela pode ser necessária. E será que poderá sê-lo quando se ocupa os professores num trabalho desprovido de sentido cultural? Será que poderá sê-

-lo quando a regulamentação do tempo de plantão inviabiliza a possibilidade de regulamentar um efectivo e produtivo tempo de trabalho em equipa a assumir pelos docentes? Um trabalho que estes, os seus alunos e as escolas necessitam como de pão para a boca, de forma a que os primeiros possam encontrar um outro sentido para a actividade profissional que protagonizam, os segundos possam ter condições para realizar aprendizagens significativas e as terceiras possam adquirir, enfim, uma outra reputação?

Em conclusão, não somos politicamente tão ingénuos e culturalmente tão irresponsáveis que defendamos que a Escola não é necessária. Para nós, e como se pode constatar pela leitura da parte inicial deste artigo, a Escola deverá ser entendida como uma instituição a preservar, devido, sobretudo, à sua importância educativa. Pretender que a Escola, e nomeadamente a Escola Pública, seja mais do que isto, onerando os seus professores com tarefas para as quais não se encontram capacitados nem constituem, tão pouco, o aspecto nuclear da sua actividade profissional, só poderá redundar num excesso de missões que, entre outras coisas, impede, afinal, que os professores se afirmem como docentes.